

Origem, evolução e manutenção do comportamento moral

RESUMO

À medida que estudos sobre o comportamento social de primatas avançam, cada vez mais aumenta a probabilidade que o comportamento moral tenha base evolutiva, apesar da discordância de certos antropólogos e cientistas sociais. Estes acreditam que o comportamento moral originou-se a partir da formação das culturas e evoluiu por meio do aprendizado. Todavia, há indícios de comportamento moral especialmente em chimpanzés e chimpanzés pigmeus (bonobos); estes têm parentesco genético muito próximo aos humanos e vivem em sociedades constituídas por pequeno número de indivíduos interagentes. As regras morais cumpridas pelos indivíduos diminuem a incidência de conflitos e intensificam os laços sociais. O comportamento moral surgiu por meio de mutações e os indivíduos que as portam seriam selecionados pela sua capacidade de interagir e formar laços sociais mais duradouros. Estes além de reduzir a intensidade de conflitos, favoreceriam a estabilidade da estrutura social. Para certos filósofos, antropólogos culturais e cientistas sociais, o comportamento moral surge com a cultura, atributo que consideram pertencer exclusivamente ao humano. Nietzsche traça a origem dos conceitos bom e mau a partir da influência de nobres e sacerdotes que exerciam o poder sobre os pobres e ignorantes. Os primeiros eram os bons, os últimos os maus. Cientistas e filósofos, que admitem ser o comportamento moral específico do humano partem do homem já evoluído; estudam a manutenção do comportamento moral no tempo histórico de sua existência como espécie, mas ignoram a influência de sua história evolutiva no estabelecimento de regras morais.

Palavras-chave: Moralidade; Evolução; Cultura; Comportamento.

ABSTRACT

As our knowledge of the social behavior in primates advances, the likelihood that moral behavior may have evolutionary basis also increases. This has been disputed by some anthropologists and social scientists who believe that moral behavior arose during the rise of civilization and that it evolved through learning.

* Pesquisador Visitante - FUNCAP, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Ceará, E-mail: rpmartins917@gmail.com

Nevertheless, there are signs of moral behavior in apes, particularly among chimpanzees and bonobos, who are closely related to humans and who live in small social groups made up by interacting individuals. The moral rules observed by their members reduce conflict and intensify social bonds. Moral behavior results from mutations whose bearers are positively selected due to their enhanced interaction abilities and capacity of building long lasting social bonds. To some philosophers, cultural anthropologists and social scientists, moral behavior is a product of civilization, hence an attribute inherent to human beings. Nietzsche traces the concepts of good and evil back to the influence of clerical and noblemen who exerted their power on the ignorant populus. The latter were bad and the former, good. Scientists and philosophers who admit that moral behavior is intrinsic to mankind have the fully evolved human species as their starting point; they will study moral behavior in historical time but ignore the influence of our evolutionary history.

Keywords: Morality; Evolution; Culture, Behaviour.

Outrora se procurava despertar o sentimento de soberania do homem demonstrando sua origem divina; agora este é um caminho vedado, pois à sua porta está um macaco, com outros animais não menos espantosos; este macaco range os dentes, cheio de compreensão, como se quisesse dizer: nenhum passo mais nesta direção!

(Nietzsche, F. Aurora, p. 44, aforismo 49).

A society lacking notions of right and wrong is about the worst thing we can imagine—if we can imagine it at all.

(de Waal, F., 1996, p. 2).

Introdução

O consenso dos “normais”

Óbvio serem os humanos apenas capazes de emitir sons compreensíveis em forma de conceitos, atribuindo-lhes significados que pretendem dar realidade a si próprios e aos demais objetos do mundo. Os conceitos cotidianos e suas definições referem-se principalmente a objetos que os humanos podem perceber por meio dos sentidos. Imagina-se também objetos “ideais” (Platão) à procura de torná-los compatíveis com a realidade imperfeita, atribuindo-lhes características por meio de modelos abstratos. Vários animais, todavia incapazes de articular conceitos ou se abstrair para construir modelos representativos, comunicam-se conosco e, principalmente, com outros animais: emitem sinais corporais, sons, odores, fingem-se de mortos, dissimulam sua presença por meio de camuflagem ou mimetismo, empregam meios coercitivos e ameaçadores e podem ainda cooperar conosco, por exemplo, quando nos indicam fontes de alimentos dos quais também se utilizam. Este é o caso do pássaro da África subsaariana (*Indicator indicator*): localiza colméias das agressivas abelhas africanas; encontrando-as, por meio de vôos curtos,

longos e cantos; indica aos bosquímanos a distância em que elas se encontram. Estes o seguem até que pouse nas proximidades da colmeia, lançam fumaça sobre as abelhas, afastam-nas, destroem-nas e recolhem o mel importante em sua dieta. O pássaro aguarda o término destas atividades para se alimentar da cera e larvas restantes (ISACK *et. al*, 1989, p.1344-1345). Entre os pássaros, estas espécies são as únicas conhecidas capazes de digerir cera de abelhas.

A evolução da comunicação animal e humana, entre indivíduos ou de um indivíduo para um grupo, foi etapa necessária ao estabelecimento de relações sociais intra e interculturais. No transcorrer da evolução da comunicação surgiram também estratégias que motivam a participação individual em atividades coletivas, inclusive as coercitivas e dissimuladoras. Estas são usadas entre humanos com maior frequência que entre animais, apesar de os animais que vivem em sociedades poderem exibi-las, especialmente quando disputam oportunidades de acasalamento e obtenção de alimento (WAAL, 1996, p.8).

Os animais capazes de estabelecer comunicação com os humanos, não dissimulam ou ludibriam a fim de explorar o esforço das atividades laborais daqueles. Ao contrário, os humanos, por meio de técnicas apropriadas domesticam certos animais a fim de utilizá-los como alimento, força de trabalho, locomoção ou divertimento. Além disso, são capazes de pérfidas manobras para obter, por meio do esforço dos demais, benefícios para si, familiares e amigos próximos. Exceção feita ao comportamento altruísta recíproco (TRIVERS, 1971, p. 45) (manifesta-se quando alguém auxilia outro sem a expectativa de retorno imediato, mesmo sem ter com ele parentesco sanguíneo). Até mesmo o altruísmo recíproco de certo modo pode ser interpretado como egoísmo: ao realizar o gesto nobre, vem com ele a expectativa da reciprocidade de qualquer outro quando este ou descendentes estiverem em situação de perigo. Após eventos catastróficos, o altruísmo recíproco se mostra mais frequente, pois há a participação de um número maior de pessoas.

Para os humanos, em tempos normais, quando reconhecida a capacidade de alguém bem resolver honestamente problemas, este será bem sucedido e respeitado pelo esforço que empregou para se tornar um bom profissional, o que é uma atitude moral. Os que sobrevivem por meio de embustes, logrando vantagens espúrias, geralmente não são reconhecidos pelos seus "feitos", ao contrário, se reconhecidos, são evitados por não cumprirem regras morais de convivência respeitosa. Portanto, em qualquer sociedade, em todas as culturas humanas, a capacidade individual de prestar auxílio a outro é reconhecida como socialmente aceitável. As regras morais que fundamentam tal conduta são culturalmente transmitidas aos jovens. Por muitas gerações é possível manter a coesão dos grupos sociais a partir da difusão das regras que permitam razoavelmente conviver apesar dos conflitos internos. Os não praticantes dessas regras, animais sociais ou humanos, tendem a sofrer restrições, posto que se tornam uma ameaça à coesão dos respectivos grupos. É a força do grupo em benefício da sobrevivência individual e manutenção dos laços sociais.

As atitudes humanas são pautadas a partir da necessidade de sobreviver. As diversas formas de sobrevivência partem de diferentes pressupostos em culturas distintas. O que parece ser padrão é o compartilhamento de opiniões, bem fundamentadas ou não, em busca de apoio, prestígio e poder. Mediam esse comparti-

lhar os conceitos morais reguladores das interações, cuja função é a de estabelecer certo equilíbrio entre as relações sociais por meio da redução de conflitos. Sobreviver implica em ajustamento de conduta ao ambiente cambiante. As estratégias de sobrevivência individual, que dependem da coesão do grupo, evoluíram tendo por fundamento regras morais que permitiram compartilhamento de recursos alimentares e proteção mútua. Mesmo em situações extremas, como a falta de alimento, que ameaçam diretamente a sobrevivência individual, regras morais de conduta podem não ser violadas (SINGER, 2011, p. 26).

Sob essa perspectiva, os objetivos dos que expõem e compartilham suas opiniões são vários. Entre eles, ingênuos, omissos ou oportunistas, por exemplo, se deixam levar pelas promessas de emissores laicos ou religiosos "credenciados" para divulgar desígnios "divinos". Parecendo "mesmerizados", extasiavam-se diante tanta convicção, sinceridade e amor transmitidos por meio desses emissários. Para os convertidos, o caminho da dominação estará pavimentado de promessas impossíveis.

Deve-se reprovar a manipulação de pessoas as quais, por diferentes motivos, carecem de discernimento suficiente para avaliar as reais intenções de mistificadores e aproveitadores. Estes desprezíveis personagens usufruem de benefícios advindos do esforço laboral de outrem, lhes prometem paraísos, sem oferecer-lhes oportunidades para, independentemente, avaliar a natureza desse paraíso e decidir com autonomia se os aceitam ou não. Esses mesmos manipulados, às vezes, em grandes palcos de promessas vãs, são impelidos pelo perturbador efeito-massa e cobranças de posturas humildes ante a propalados desígnios metafísicos. Deste modo, aceitam como realidades ilusões promovidas por meio de crenças em absurdos.

Sobretudo para os submetidos, o entendimento sobre juízos supostamente consensuais, mas discriminatórios, pode persistir durante gerações. Tais comportamentos possibilitam, além da submissão, coexistência razoavelmente pacífica e alianças. Estas quase sempre alijam os que diferentemente pensam ou se comportam de maneiras inesperadas daquelas que o consenso entre os "normais" estabelece como normas. Exemplar entre tantos outros foi o massacre de protestantes pelos católicos ocorrido na França em 1572, bem conhecido como Noite de São Bartolomeu. Será que o ódio, mais que o amor, mantém a coesão pelo desejo de vingança e poder? Ou o indivíduo sente-se mais poderoso e impune em bando, pois esconde assim sua covardia?

Omitir juízos sobre comportamentos morais não é logicamente justificável, tanto quanto esposar a fé cega; para razoavelmente bem conviver há que se tomar decisões refletidas sobre quais atitudes se deve aceitar, evitar e compartilhar. Oposto seria adotar posições radicais que discriminem de forma muitas vezes violentas os portadores de visões de mundo distintas. A história é lamentavelmente generosa em exemplos de líderes carismáticos, que submeteram pessoas à sua vontade por meio de embustes e promessas irreais. Tais líderes, por algum tempo, detiveram o poder sobre a vontade e sonhos de seus seguidores, privando-os da liberdade por meio do convencimento discursivo, força ou em casos extremos os induzindo a suicídios individuais (homens e mulheres-bombas) ou coletivos(<http://segredosdomundo.r7.com/suicidio-coletivo-ele-foi-responsavel-por-918-mortes/>).

Biologia e cultura

À luz do conhecimento atual importa abordar aspectos biológicos e culturais referentes às origens, evolução e manutenção de comportamentos morais. Porém, antes de abordar esses temas é necessário explicitar a definição do conceito sociedade (STRUM *et. al.*, 1987, p. 785). Ao reverem a definição "clássica" de sociedade, estes autores demonstraram a inadequação desse conceito, cuja abrangência é limitada, pois exclui ações importantes que influenciam na formação e organização de sociedades, entre eles a participação do indivíduo que negocia com os demais a estrutura da sociedade que formam. Sob a perspectiva da moralidade essa proposta de definir sociedade como performática, é importante, pois a moralidade só pode ser estabelecida por meio de solução negociada entre os atores interagentes.

Para esclarecer o novo conceito, Strum, *et. al.*, (1987, p. 792) comparam a estrutura social de babuínos com as respectivas estruturas de sociedades humanas caçador-coletor, agrícola e tecnológica. Esboçaram um modelo gráfico de coordenadas cartesianas no qual relacionam a capacidade de os indivíduos coordenarem as ações de outros da sociedade e o grau de complexidade social.

Babuínos são capazes de atingir um máximo relativo de complexidade social com um mínimo de tecnologia e uma capacidade intermediária de coordenar ações individuais. A sociedade caçador-coletora é capaz de coordenar a atividade conjunta com tecnologia um pouco abaixo da metade entre o máximo e mínimo, atingindo um nível de complexidade elevada, pouco abaixo daquela dos babuínos. A sociedade agrícola atinge a capacidade de coordenar atividades dos indivíduos um pouco abaixo da sociedade industrial e com um nível de complexidade pouco acima do intermediário entre a sociedade dos babuínos e a sociedade industrial. Esta é capaz de atingir um máximo de coordenação social, com tecnologias mais avançadas que as demais, mas com um mínimo de complexidade. Por causa da elevada capacidade tecnológica, indivíduos destas sociedades são capazes de coordenar ações sociais em ampla escala, a grandes distâncias. Exemplo são as ações sociais coordenadas por meio de redes sociais.

O cumprimento mais estrito de regras morais mínimas, que mantenham a coesão social, dependerá mais do grau de complexidade das sociedades que dispõem de um mínimo de tecnologia. Considerando os babuínos, a vigilância e punição dos infratores será mais efetiva devido ao número menor de integrantes do bando e ao frequente contato social entre eles, comparado ao número que integram a sociedade industrial. Nesta, utilizando recursos tecnológicos, apenas, um indivíduo é capaz de ludibriar outro sem sequer ter contato próximo algum com o ludibriado.

Evidências recentes sobre a evolução do comportamento moral vieram a tona por meio de estudos sobre comportamentos sociais de grandes primatas, especialmente chimpanzés e chimpanzés pigmeus (bonobos). Estes primatas mostram em certas circunstâncias evidências de indícios de juízo moral (WAAL, 1996 p. 136 e seguintes). Os estudos sugerem que controvérsias sobre os papéis desempenhados pela biologia e cultura possam se alimentar dessas novas evidências e resultar em maior integração (e tolerância) entre integrantes das ciências humanas e biológicas (DUNBAR 2010, p. 127). Certos animais e humanos

mostram continuidade evidente, não apenas de atributos morfológicos e fisiológicos, mas também de atributos comportamentais complexos, tais como o reconhecimento do outro em grupos sociais. Atribuir ao homem um papel diferenciado na natureza (exceto como dominador e predador) é ideológica, cai na vala comum onde jazem outras crenças, posto que tal comportamento é mera expressão de preferências sejam suas origens e convicções quais forem.

Como é bem conhecido, Darwin concebeu a evolução orgânica como uma continuidade de semelhanças físicas e comportamentais, o que não é tão difícil perceber por meio de uma simples observação comparativa entre os humanos e certos animais. Basta superficialmente nos compararmos a grandes primatas para percebermos evidentes semelhanças comportamentais e físicas. Essa continuidade em si deveria ser reconhecida pelos que esposam a tradição do pensamento criacionista cristão que a natureza do homem é "divina". Reificar a natureza humana traz sérias consequências à vida social, entre elas, uma das piores: a vulnerabilidade à dominação e submissão.

O paradoxal contraste de opiniões entre pesquisadores das áreas biológica e humana significam mais do que apenas a falta de comunicação efetiva causada pelo fosso entre as "culturas" biológicas e humanas (SNOW, 1953, p.4). A influência de antropólogos e cientistas sociais influentes (e.g., Franz Boas e Emile Durkheim) contribuíram para que o estudo dos significados da cultura ficassem restritos às Humanidades, apartado da biologia (DUNBAR 2010, p.27).

Psicólogos e antropólogos evolutivo consideram a cultura adaptativa (e.g., HEIRICH et. al, 2003, p. 123; KESSING 1974). Kessing reviu as teorias sobre evolução da cultura sob os pontos de vista antropológico, social e biológico. Concluiu que a abordagem ideal da evolução da cultura deve ser a de sistemas idealizados, isto culturas evoluem por meio de um sistemas de ideias (sistema cognitivo, sistemas estruturais, sistemas simbólicos; KESSINGK, 1974, p. 77-81). No entanto, a própria capacidade de idealizar pode ser uma característica adaptativa evoluída devido às vantagens daqueles indivíduos que são mais criativos poderem obter maior sucesso relativo em sobreviver e reproduzir.

Deve-se enfatizar que essas discussões, mais do que estigmatizar visões de mundo distintas apenas, podem ampliar a compreensão sobre as consequências do nosso comportamento maniqueísta e trazer luz sobre a necessidade de integrar conhecimentos sobre nossa natureza às práticas culturais. Se isso puder acontecer, haverá impactos positivos em todos os setores das atividades humanas. Todavia, dada a complexidade desse tipo de abordagem e a limitação de espaço publicável, seria impossível discutir em detalhes cada um dos aspectos envolvidos naquelas controvérsias, sobretudo suas interfaces.

Sobretudo na sociedade pós-moderna esperar que o aumento do esclarecimento sobre essas questões traga o aperfeiçoamento moral, talvez seja ingenuidade. Convivemos com progresso material indiscutível. Um resultado desse expressivo progresso material é que ele é alimentado por meio da divulgação midiática com objeto de aumentar o consumo de bens desnecessários para nossa sobrevivência, de modo que o consumo e o acúmulo de bens tornam-se os fins últimos, muitas vezes acarretando prejuízo em termos de bem estar físico e mental.

Do ponto de vista social, os maiores beneficiários desse progresso são sobretudo os mais abastados, os mesmos que mais o financiam, utilizando-se do

produto do trabalho de muitos outros que vivem com poucos recursos materiais. Os sobreviventes com poucos recursos têm mais dificuldades em usufruir completamente desses benefícios, embora em conjunto o seu trabalho contribua muito mais para o progresso material.

Moralidade mínima

Embora haja entre nós quem tenha uma sensação que somos uma unidade, bem delimitada e ímpar, não é difícil perceber que em nível consciente somos dualidade. Dialogamos continuamente entre nós e raramente com os demais com os quais interagimos. Nesse dialogar que a razão intermedia e modera, adotamos comportamentos conscientes no sentido de garantir nossa sobrevivência. Há todavia uma terceira criatura (animal/homem) que latentemente vive em nós. Ele é mantido nesse estado latente exatamente por meio da consciência e cumprimento de regras morais. O animal/homem incapaz de escutar o diálogo empreendido pelos outras duas criaturas, supera a capacidade de entendimento por meio do diálogo. O resultado pode ser o rompimento radical com as regras morais que diminuiriam a agressividade ou ferocidade do assim desperto, retornando-o a seu estado latente.

Nietzsche (2008, p. 61) pergunta e responde:

[...] onde cessa o animal e onde começa o homem? Por mais que desejemos a vida como uma felicidade, não ultrapassamos com olhar o horizonte animal, se não percebermos mais conscientemente o que o animal procura por meio de um cego impulso. Mas nós fazemos o mesmo durante a maior parte de nossa vida. Geralmente não nos desfazemos da animalidade, nós também somos desses animais que parecem sofrer sem razão.

Para não se entregar à uma procura de uma felicidade, que não passa de um sonho irrealizável para o animal/homem desprovido de razão, é necessário o cumprimento de regras morais mínimas que garantam a razoável convivência pelo diálogo, ao contrário da imposição pela força pela qual a terceira criatura tenta se sobrepor, ao encontrar o mínimo obstáculo à realização de seu desejo imediato.

Em situações de opressão e totalitarismo, muitos homens sucumbem à violência, despersonalizando-se. Outros conseguem manter sua integridade por meio de reflexões sobre o comportamento moral. Este foi o caso de Adorno, obrigado a emigrar da Alemanha durante a opressão resultante da ascensão do nazismo. Adorno representa os homens daquela categoria. O foco reflexivo em *Minima Moralia* é o da desumanização do homem que ignora certos valores morais e se identifica pelo consumo de futilidades, tornado sinônimo de felicidade:

Aquilo que outrora o filósofo entendia por vida, reduzido à esfera privada e depois só a do consumo, vê-se arrastado, sem autonomia e sem substância própria, como apêndice do processo de produção material" (ADORNO 2008, p. 9). [...] "O próprio processo de desumanização e transformação do indivíduo em objeto desprovido de afetividade pode ter sido o responsável pelo fato que uma maioria dos humanos aceitarem sem questionar decisões autoritárias: "De modo despercebido desenvolveu-se uma humanidade que anseia pela coerção e limitação que lhe impõe a insensata continuidade da dominação." (ADORNO 2008, p. 119).

Origens culturais do comportamento moral

Fossemos péssimos imitadores, a transmissão de informações culturais seria tão inefetiva; mal poderíamos imaginar os tipos de sociedades integradas por humanos que desse modo sobreviveriam, se algum. Somos tão bons imitadores, mas com personalidades tão distintas, que imitamos bons e maus exemplos de respeito e convivência. Porém em quaisquer culturas quem determinaria o que é bom e mau, bem e mal?

Em o *Genealogia da Moral*, Nietzsche parte da pesquisa histórica e filológica para esclarecer e denunciar as origens da moralidade, tendo como base o modelo europeu de cultura. Sua análise expõe os que geraram, utilizaram (e ainda hoje utilizam) os conceitos de bom e mau como meio de dominação. Essa apropriação do poder de supremamente definir esses conceitos morais foi a responsável em criar categorias hierárquicas. O filósofo critica os homens definidores desses conceitos, acordados, quase coletivamente, por integrantes de classes sociais privilegiadas, leigas e eclesiásticas.

A definição do conceito "bom", segundo Nietzsche, originou-se a partir dos homens que se autodenominaram "bons"; homens da nobreza, auto-diferenciados dos "maus", membros da classe social inculta e pobre (NIETZSCHE 2007, p. 25). Como os muitos episódios da história antiga e contemporânea mostram amplamente, aos "maus" permitia-se contatos formais com os "bons" por meio apenas da realização de serviços braçais e outras funções servis. Alguns podiam se alimentar e dormir em certos aposentos anexos às dependências "oficiais", os hoje denominados "quarto de empregada". O objetivo dessa "cortesia" era para que permanecessem próximos dos senhores, para que fossem esses, a seu bel prazer, rapidamente atendidos. Os "bons" consideravam privilegiados os "maus" que, sem reclamar, lhes serviam por meio do cumprimento de tarefas consideradas indignas para serem realizadas pelos "nobres". Nascer no seio da nobreza já lhes conferiam o direito de pertencer aos "bons"; opostamente, os nascidos entre a plebe eram necessariamente "maus". A expressão "preto de alma branca", muito comum no Brasil na época da escravidão (proferida ainda em nossos dias), aplicada aos negros que não contestassem os senhores e lhes servissem prontamente, exemplifica bem o tipo de valoração dessa relação servil.

A casta dos sacerdotes demarcou também fronteira entre as categorias no sentido inverso dos nobres e de forma muito mais ardilosa e o conflito entre as castas surgiu quando" [...] ambas as castas começaram a se opor mutuamente por inveja e quando não quiseram colocar-se de acordo em questão de preço" (NIETZSCHE, 2007, p. 31). Mas o poder que invejavam viria por meio da dominação dos que se opunham ao cristianismo. O ardil foi contrapor aos nobres "bons" a vantagem que teriam os "maus" perante a Deus:

só os miseráveis são bons, os pobres, impotentes, os pequenos são bons, e ainda aqueles que sofrem, os necessitados, os enfermos, os doentes, os feios são os únicos seres piedosos, os únicos abençoados por Deus, só para eles existe a bem-aventurança - quanto aos outros os nobres e poderosos, são por toda a eternidade os maus, os cruéis, os concupiscentes, os insaciáveis, os ímpios, são por toda a eternidade os réprobos, os malditos os condenados. (NIETZSCHE, 2007, p. 31).

Por meio desse ardil, a casta dos sacerdotes durante séculos discriminou com “mão de ferro” os pagãos que se recusavam a receber o batismo, os ímpios e os incrédulos. Os primeiros eram e ainda hoje são obrigados a receber o batismo para se integrarem aos “bons”, livrarem-se do pecado original e contrair núpcias nas igrejas romanas; os segundos eram assim denominados por ignorarem a Igreja e não praticar atos piedosos; os últimos (ateus) não acreditavam na existência de Deus e nas “verdades” que seus “exclusivos e legítimos” representantes enunciavam e enunciam. A relação de dominância e exclusão da Igreja é distinta atualmente apenas em estilo da empregada pelos nobres. O resultado é idêntico: manter a dominação sobre os pobres e crédulos e procurar “convencer” os hereges e incrédulos a se alistarem nas “fileiras do bem”: “O sacerdote “vive” do pecado; para ele é necessário que haja “pecar”... Princípio primordial: “Deus perdoa aquele que se arrepende”, ou em nossa língua: “aquele que se submete ao sacerdote.” (NIETZSCHE, 2012, p. 54).

O cristianismo e suas múltiplas faces atuais através de séculos construiu um projeto de poder, convenhamos, muito bem sucedido em termos econômicos. Na atualidade, expressa um vigor tentacular que se infiltra em todos os segmentos social, econômico e político. Várias vertentes cristãs não romanas competem com a romana, uma vez soberana, em atrair adeptos às suas hostes. A Igreja romana ao perceber essa migração significativa de “clientes” para outras seitas, tem usado expedientes diversos para conter a onda dissidente e atrair novos adeptos. Escolher para Papa um argentino, simpático, agregador e aparentemente progressista parece fazer parte dessa estratégia de manutenção do poder.

Os métodos persuasivos empregados por ambas as categorias de “bons”, nobres e sacerdotes, não se distinguem no passado na forma e crueza. O espírito dos que resistiam à dominação era vergado a ferro e fogo. Aplicava-se castigo físico para “corrigir” visões de mundo “infiéis e distorcidas”. Atualmente, os métodos persuasivos são mais “suaves”, mas não menos perigosos para restringir a liberdade de pensar, acreditar e agir.

Os novos meios de comunicação e marketing se sofisticaram na medida em que a comunicação se tornou mais célere e acessível. Além de divulgarem atitudes simpáticas de amor ao próximo, transmitem também, em tempo real, imagens de “milagres” realizados durante os cultos. Estas cenas “teatrais” atingem diretamente o emocional de pessoas crédulas e inseguras quanto à realidade em que vivem.

Templos menos sofisticados quanto às suas mensagens de fé, exacerbam seus modos de convencimento por meio de pregações contundentes contra satanás, o príncipe das trevas, figura criada dentro da concepção maniqueísta “bom” e “mau”, que desafia Deus por meio da influência perversa que exerce sobre seus filhos. Sob essa perspectiva, a submissão por meio da indução ao medo passa a fazer parte do cotidiano dos fiéis, como algo “natural” e “divino”.

Muitas religiões prosperam a partir da proposta de que o sofrimento é necessário para depurar os “pecados”. Sofrimento esse às vezes físicos, mas frequentemente mentais, que turva a capacidade crítica potencial dos adeptos e os torna submissos aos “verdugos” que agem em nome da fé em um Deus, reputado como pai bondoso e compreensivo, mas irado, todavia, pois falta tristeza e compaixão na “face” de Deus. Deus não passa de mais um conceito instituído como forma de dominação.

Os métodos de convencimento da Igreja Romana, embora mais sofisticados, ainda se apoiam em mitos arraigados, tais como a culpa originária do pecado original: "O advento do deus cristão, que é a mais alta expressão do divino até hoje, tem por essa razão suscitado também a aparição do máximo do sentimento de culpabilidade do mundo." (NIETZSCHE 2007, p.87). Essa culpa pode ser redimida apenas pela aceitação de um Deus todo poderoso e "pai" que perdoa seus reincidentes de pecados mundanos. Uma espécie de "grande irmão" ciente até dos pensamentos dos indivíduos e que por detrás da "bondade" esconde severidade e castigo.

Nietzsche reforça seus argumentos de que a moralidade foi estabelecida de forma autoritária como forma de dominação: "O direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem como um ato de autoridade que emana daqueles que dominam; eles dizem: "Aí está o que é isso ou aquilo." (NIETZSCHE 2007, p. 25). Deve-se recordar que a garantia da dominação pelos nobres e eclesiásticos se dava por meio do braço armado dos soldados, estes também provenientes da "casta" dos "maus", mas treinados por nobres comandantes a guerrear para conquistar territórios ou sufocar sublevações de origem popular. Treinamento tão eficaz que alguns soldados incorporavam a atitude dominadora, por sadismo ou medo de serem severamente castigados.

Em toada semelhante, os próceres de todas as vertentes do cristianismo e seus seguidores também adotaram e reforçaram a instituição do "bom" e "mau", utilizando-se do argumento da autoridade divina e de seu credenciamento como arautos de "verdades" absolutas. No caso da Igreja, como já mencionado, os fiéis foram dominados pelo estratagema de considerar "bons" aqueles que temem a Deus e pela admissão de culpa "compreensivamente" diminuída, por meio da confissão de pecados aos "autorizados" representantes do "bem" na Terra.

Os infiéis eram os "maus" e "demonizados" por se recusarem a submeter às regras sagradas, quando não combatidos ou torturados cruelmente em nome do "bem". Basta lembrar as campanhas das Cruzadas contra os mulçumanos "infiéis" ou os inquisidores submetendo a torturas insanas os que ousavam contrariar a visão de mundo instituída pelo cristianismo. Atitudes tais injustificadas por meio de quaisquer argumentos, como alguns hoje utilizados por certas autoridades eclesásticas. Ao invés de bradarem em alto tom contra a barbárie, adotam um tom hipócrita: "compungido" arrependimento e reconhecimento que os antecessores às vezes "exageraram na dose", embora bem "intencionados" em defender os valores cristãos. O "progressismo" construído sobre os escombros da barbárie é o que a Igreja propaga, com a pretensa legitimidade de perdoar seus próprios pecados.

Com respeito à aplicação desses conceitos de forma discriminatória às relações sociais interpessoais singulares, grande parte dos homens não hesitaria em emitir de afogadilho seu juízo de bom ou mau, inocente ou culpado, sobre outros homens simplesmente por que uma opinião diversa de suas crenças em "verdades", ou porque os traços fisionômicos ou aparência física, apenas, tenha-lhes ferido a concepção estética.

A teoria do psiquiatra italiano Cesare Lombroso fundamentou e até hoje fundamenta parte desse tipo de juízo discriminatório comumente emitido de forma precipitada e leviana. Lombroso parece ter recebido alguma influência da pseudociência, Frenologia (cujo objetivo foi o de determinar a personalidade e grau de

criminalidade do indivíduo a partir da análise de dimensões cranianas e das protuberâncias ósseas do crânio). Todavia, nas 223 páginas em seu livro mais detalhado sobre caracterização criminal do delinquente, Lombroso menciona Frenologia apenas uma vez (LOMBROSO, 2014, p. 73). Revisão detalhada sobre a influência da Frenologia, criada pelo médico alemão Franz Joseph Gall em 1796, e que se difundiu pela Europa e EUA, mostra o vigor alcançado pela doutrina àquela época (DOMENÉCH, 1977, p. 11).

Embora em algumas páginas, Lombroso se refira a características fisionômicas "típicas" de delinquente (LOMBROSO, 2014, p. 141) seu principal foco neste livro é o de descrever o perfil psicológico do criminoso comparando-o ao perfil do demente. Inadequadamente, utilizou-se também do conceito da teoria evolutiva de Darwin ao conceber que o criminoso nato poderia se distinguir por ter conformações faciais assimétricas e grosseiras. Essas características seriam atávicas, isto é, menos desenvolvidas na escala evolutiva humana, por isso mais próximo da animalidade. Pretendeu dessa forma colaborar com a criminologia na identificação daqueles com vocação para o crime. Pretensão descabida pelo fato de que a ampla variação de fisionomias faciais da população humana não se correlacionar com a expressão de comportamento humano "bom" ou "mau". Mesmo se houvesse, a correlação seria espúria e, portanto, sem fundamento causal algum para estabelecer relação entre características fisionômicas e propensão à criminalidade.

Do ponto de vista estatístico, Lombroso foi também tendencioso: ao invés de aleatoriamente colher amostras de pessoas, descreveu o perfil psicológico daqueles presos em penitenciárias e manicômios judiciais. Embora, não mencione em seu livro, Lombroso teve um famoso antecessor, Aristóteles, que também pretendia classificar diferenças de temperamento humano, baseando-se em características fisionômicas (MARIZ, 2014, p. 162).

Relativismo moral

Considerando o consenso dos "normais", peculiar a cada cultura, não é possível se esquivar de discutir o relativismo moral. Protágoras (c. 490 aC.) enfatizou que a vida do ser humano é regida pelas normas morais de sua própria cultura. Leis universais de conduta seriam inexistentes, cada cultura estabeleceria suas próprias regras (WERNER, 1997, p.17).

Os adeptos do relativismo moral ou multiculturalismo ainda advogam a favor do reconhecimento e respeito a práticas culturais que envolvem comportamentos morais vigentes, apesar de discutíveis e rejeitados por outras culturas, como a infibulação, devem ser considerados no contexto cultural de seus praticantes.

A infibulação é um dos quatro tipos de mutilação genital feminina (GRONEVELD, 2013, p. 134) praticados em 28 países da África e alguns países da Ásia e do Oriente médio (EL-DAMANHOURY, 2013, p.127). Esse tipo de mutilação genital feminina causa espécie a grande número de habitantes de culturas ocidentais, até mesmo porque imigrantes desses países para países ocidentais podem manter essa prática.

Apenas na Alemanha, estima-se 30.000 mulheres e crianças imigradas que sofreram ou estão sujeitas à prática da mutilação genital (EL-DAMANHOURY

2013, p.127) No entanto, o que dizer da violência realizada contra homens e mulheres encarceradas e minorias em nosso país, com raras exceções toleradas pelo consenso dos "normais" dessas culturas? Esse paradoxo inscreve-se em uma das mais férteis reflexões sobre a moralidade (LUKE 2008).

Luke aborda as questões centrais sobre a moralidade e discute as crenças antagônicas dos que acreditam em uma moralidade absoluta, mas que ignoram diferenças culturais valorizadas pelos adeptos do multiculturalismo. Estes estariam adotando a posição central dos que aceitam o multiculturalismo fundamentado no relativismo moral, ou seja é necessário respeitar-se práticas culturais sobre as quais inclusive há informação social e antropológica insuficiente para fundamentar juízos de valor.

Os que acreditam em leis morais universais, principalmente aquelas influenciadas pelo cristianismo, obviamente tendem a ignorar, qualificar de inferiores e, até mesmo, criticar certas práticas, como a infibulação, como cruéis e desumanas. Porém, se a infibulação for para a mulher um sinal de status em sua comunidade? " A memória feminina da tradição que deveria corporificar-se pela mutilação genital [...] A cicatriz ritual era lembrança da fidelidade ao grupo. As dores, seu juramento. O sangramento, a oferenda." (DINIZ, 2001, p.17).

Ignorar a diversidade humana em todos os sentidos é se fechar no interior de sua cultura, considerando-a como absoluta expressão da verdade e moralidade. Eu não mutilaria meu corpo, a não ser por razões médicas bem fundamentadas (e.g., diabetes avançada), mas também não me vejo no direito de desrespeitar aqueles que aceitam a prática de mutilação em seus próprios corpos, sem razões médicas fundamentadas, mas apenas por querer se diferenciarem. A difusão do uso de tatuagens como modo de se diferenciar dos demais tornou-se banal, apesar de que no início fosse considerada como aberração ou excentricidade.

Origem e evolução do comportamento moral: biologia ou cultura?

Haveria uma moralidade universal, biologicamente evoluída, que levaria todos os homens de todas as culturas a se comportarem segundo regras comuns, ou a realidade moral seria, como queria Protágoras, a do relativismo moral? (LUKE 2008, p. 8). Há fundamentos convincentes para se admitir que o comportamento moral humano é resultado da evolução ou seria cultural como queria Protágoras e alguns antropólogos culturais e cientistas sociais? Se for resultado da evolução, a função do comportamento moral teria evoluído por ser adaptativo em termos de autopreservação, manutenção de laços sociais parentais e alopARENTAIS (por meio de alianças, que reforcem o poder e privilégios)? A ampliação do conhecimento científico em si resultaria em aperfeiçoamento moral? Filosoficamente essas questões importam e se vinculam à biologia, ciências sociais e antropologia. Inevitáveis são por isso comparações comportamentais humanas interculturais e com outros animais, especialmente grandes primatas (WAAL, 1996, p. 136).

Na prática, a ética trata da fundamentação e aplicação dos costumes morais nas relações interpessoais locais e alóctones. Moral e ética necessariamente se complementam. Embora seja uma abordagem fascinante de quaisquer pontos de vista e de amplo interesse filosófico, desenvolvê-la em detalhes, está além do objetivo que tracei. Menções pontuais ocorrerão no desenrolar do texto, porque vá-

rios autores antropólogos e filósofos, a exemplo de Nietzsche, acreditavam a moralidade como um caráter específico humano, portanto seria uma característica cultural universal. Essa distinção tem forte origem aristotélica (MARIZ, 2014, p. 163) e deve ter influenciado gerações de pensadores sobre a complexidade diferencial da natureza humana.

No entanto, biólogos evolucionistas como Alexander (1985), sugerem que a moralidade tenha evoluído como qualquer outra característica comportamental, neste caso em virtude de sistemas de reciprocidade, isto é, por meio da observação de como dois indivíduos se comportam entre si, o observador chegaria a conclusões sobre se fosse interagir com algum deles, isso aconteceria de forma favorável ou desfavorável (ALEXANDER 1985, p. 11-12). Esse raciocínio com base evolutiva também se aplica à evolução do altruísmo recíproco, discutido acima.

Demarcando sua posição materialista com relação à origem da moral, Nietzsche (2007, p. 15) afirma: "Felizmente aprendi rapidamente distinguir o preconceito teológico daquele moral e não me preocupei mais em procurar a origem do mal além do mundo". Segue com as perguntas:

De que modo inventou o homem essas apreciações "bem" e "mal" e que valor têm em si mesmas? Foram ou não favoráveis ao desenvolvimento humano? São um sinal de calamidade, de empobrecimento, de degeneração da vida? Ou indicam, pelo contrário, a plenitude, a força e a vontade de viver, seu valor, sua confiança, seu futuro.

São essas perguntas que guiam Nietzsche para desenvolver suas reflexões sobre origem da moral no transcorrer do livro. No restante do prefácio o filósofo antecipa algumas de suas reflexões que mais tarde desenvolve.

No início do primeiro tratado: " Bem e Mal" - "Bom e Mau", Nietzsche mostra seu vigor e contundência típicas ao criticar os psicólogos ingleses que para ele sempre trabalham do mesmo jeito, ou seja, evidenciam o que há de vergonhoso em nosso mundo interior à procura do condutor que imprime seu desenvolvimento. (NIETZSCHE, 2007, p. 23):

(...) O que é que impele esses psicólogos nesta direção precisa? Será um instinto secreto, pérfido, vulgar de amesquinhar o homem? Será uma perspicácia pessimista, a desconfiança de idealistas desiludidos e tristes, tornados venenosos e verdes de fel? Ou talvez uma pequena hostilidade e um pequeno rancor subterrâneos contra o cristianismo (e Platão) que talvez nem sequer chegou a ultrapassar a soleira da consciência? Ou antes um gosto concupiscente para aquilo que a existência tem de insólito, de dolorosamente paradoxal e de absurdo? Ou, finalmente, um pouco de tudo, um pouco de vilania, um pouco de amargura, um pouco de anticristianismo, um pouco de prurido?

Está mais do que clara a discordância do filósofo com as atitudes desses homens que estudam o comportamento humano, mas se deixam levar por preconceitos arraigados talvez despercebidos por eles próprios ou por se julgarem corretos em seus preconceitos. Ainda por lhes faltar reflexão suficiente para compreender que seus valores não são universais e os únicos absolutamente verdadeiros.

Coragem sob muita convicção é necessária àqueles que se expõem existencialmente e não se escondem por detrás de preconceitos adotados pelo consenso dos "normais". Nietzsche foi um dos poucos pensadores com coragem e convicção para expor suas dúvidas existenciais e denunciar a dominação e o autoritarismo que transforma os "normais" em um contingente de resignados. Estes arrastam os grilhões do conformismo e se rebelam apenas quando suas mal fundamentadas convicções são minimamente abaladas, reforçando assim os laços de submissão aos dominadores. A leitura de Nietzsche, se conseguissem levar a cabo pelo menos um parágrafo, lhes causariam tanto mal estar que voltariam correndo para o conforto que a "normalidade" lhes proporciona.

Conclusão

Há evidências científicas sobre a origem e manutenção do comportamento moral em certos animais que vivem em sociedades. Por meio de comparações a animais sociais geneticamente afins aos humanos, é possível conceber que o comportamento moral evoluiu em função de manter a coesão dos grupos sociais, cujos indivíduos têm pouca probabilidade de sobreviver isoladamente, especialmente em ambientes nos quais alimentos são escassos, se distribuem aleatoriamente, em grandes agregações ou, individualmente, se o alimento for um animal de grande porte e agressivo, que exige esforço conjunto para caçá-lo. Todas essas situações ecológicas exigiram e para algumas culturas exigem divisões de tarefas que resultem em eficiência somente alcançável por meio da cooperação. Além disso, animais predadores que caçam em grupos são ameaças concretas a indivíduos que isolam, sejam humanos ou animais.

Evidências paleontológicas indicam que os ancestrais de grande símios e humanos evoluíram em ambientes abertos das savanas africanas e posteriormente migraram para outros continentes. Com a migração, alguns indivíduos se adaptaram às condições ambientais de seus novos habitats, especialmente por meio da formação de grupos, a exemplo dos macacos de cauda longa e preênsil que vivem em árvores na floresta amazônica brasileira.

Para a estabilidade do grupo e realização de tarefas em comum uma moralidade mínima foi necessária. A origem provavelmente foi evolutiva; a manutenção do comportamento moral se manteve e mantém-se pela ameaça de castigos físicos ou emocionais ou por meio da negociação que reduz os conflitos.

Evidências sobre a história do homem sugerem que a origem cultural e manutenção dos conceitos morais se deu por meio da influência dos homens da nobreza e do clero que estabeleceram hierarquias discriminando os bons daqueles considerados maus.

Antropólogos, filósofos e cientistas que ignoram a evolução como causa primária da adaptação cultural, em oposição aos biólogos, antropólogos e psicólogos evolutivos, concentram-se em estudar os epifenômenos responsáveis no tempo histórico humano em manter regras morais. Claramente aqueles partem do homem já evoluído; os demais procuram vestígios da evolução na "expressão das emoções do homem e dos animais" (DARWIN, 2009).

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, R. D. A biological interpretation of moral systems. *Zygon*, v.20, n.1, p. 1-20, 1985.
- DARWIN, C. R. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- de WAAL, F. *Good natured: the origins of right and wrong in humans and other animals*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1996.
- DINIZ, D. *A antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de Tashi*. Organização Regina Reyes Novais e Roberto Kant de Lima. Niterói, RJ: Editora da Universidade Norte Fluminense, 2001. v. 30, 266 p. Coleção Antropologia e Ciência Política.
- DOMENÉCH, E. *Frenologia: analisis historica de una doctrina psicológica organica*. Barcelona: Elite/Grafic, Avenida de las Torrentes, 3, Hospitat, 1977, 266 p.
- DUNBAR, R. Putting evolution back to social sciences. *Journal of Evolutionary Psychology*, v. 8, n. 2, p.127-137, 2010.
- EL-DEMANHOURY, I. The jewish and christian view on female genital mutilation. *African Journal of Urology*, 2013, v. 19, p. 127-129.
- GROENEVELDER, A. E. Genital female mutilation: tradition and human rights. *African Journal of Urology*, 2013, v. 19, p. 134-135.
- HEINRICH, J. & McLEART, R. The evolution of cultural evolution. *Evolutionary Anthropology*, p. 123- 127, 2003.
- ISACK, A. E & REYER, H.A. honeyguides and honeygatherers: interspecific communication in a symbiotic relationship. *Science*, v. 243, n. 4896, p. 1343-1346, 1989.
- NIETZSCHE, F. W. *A Genealogia da Moral*. São Paulo: Editora Escala, 2007. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal - 20.
- _____. *O Anticristo*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2012.
- _____. *Schopenhauer Educador*. São Paulo: Editora Escala. 2008. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal - 90.
- LUKES, S. *Moral relativism*. London UK: Profile Books, 2008.
- MARIZ, D. A especificidade da natureza humana em relação aos demais animais no pensamento aristotélico. *Argumentos*, v. 6, n. 12, p. 157-168, 2014.
- SINGER, P. *The Expanding Circle*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.
- SNOW, C. P. *Two cultures and scientific revolution*. New York: Cambridge University Press, 1961.
- TRIVERS, R. L. The evolution of reciprocal altruism. *Quarterly Review of Biology*. v. 46, n. 1, p. 35-57, 1971.
- WERNER, D. *O Pensamento dos homens e dos animais: evolução e epistemologia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.